

## CADEIA DE CUSTÓDIA NO CPP

### Redação da Lei n. 13.964 de 2019

Atualmente, Cadeia de Custódia é um tema muito relevante na criminalística, principalmente em razão das atuais alterações legislativas trazidas pelo Pacote Anticrime.

### ATENÇÃO

Antes de janeiro de 2020, cadeia de custódia estava na doutrina criminalística, mas não estava na lei. Mas agora cadeia de custódia está na lei e todos os estados, todas as polícias, todos os órgãos de Segurança Pública que lidam com evidências, vestígios e objetos relacionados à prática de crime terão que aplicar cadeia de custódia, sob pena de responsabilidade.

Cadeia de custódia é a sequência de procedimentos adotados pelos agentes que participam da ação criminal no sentido de proteger a idoneidade de um vestígio, ou de uma evidência, ou de um local relacionado a prática de crime. É a documentação de todos aqueles que tiveram acesso aos locais de crime, aos objetos, evidências e vestígios relacionados à prática de crime.

Exemplo: ocorre um homicídio em uma via pública e, ao chegar ao local, a polícia militar verifica se de fato há uma pessoa caída ou ferida. O primeiro procedimento do policial militar é verificar se aquela vítima está viva. Após a verificação dos sinais vitais, caso a vítima esteja viva, aciona-se o socorro (Corpo de Bombeiros ou SAMU), se não há sinais vitais, o policial deverá isolar e preservar o local, que agora é um local de crime e o corpo é um vestígio, assim como as manchas de sangue, cápsulas, estojo de cartucho de munição de arma de fogo e eventuais pontos de impacto de projétil de arma de fogo também são vestígios e tudo deve ser isolado e preservada até a chegada da perícia criminal.

A partir daí inicia-se a cadeia de custódia, pois aquele local de crime é um vestígio, uma evidência, e o policial que primeiro assumiu aquela cena será anotado e fará parte da cadeia de custódia, que nada mais é do que a sequência de registros, data, hora local de quem teve acesso a qualquer vestígio ou ao local relacionado à prática do crime, para que se tenha o controle da idoneidade da prova e que futuramente isso não seja questionado.

ANOTAÇÕES


No caso da vítima estar viva e ser socorrida, o Código de Processo Penal dispõe que, quando a infração penal deixar vestígios, é indispensável exame de corpo de delito direto ou indireto, não podendo suprir a confissão do acusado. O corpo será removido, mas se ficou mancha de sangue, cápsula, projétil ou outra evidência do crime, o local deverá ser isolado e preservado e a autoridade deverá requisitar a perícia. Mesmo sem o corpo, que é um dos vestígios que foi tirado do local diante da necessidade de tentar salvar a vida da vítima, o local deverá ser investigado, pois há inúmeros vestígios que são importantes para a investigação do crime e tudo isso deve ser documentado.

### Do Exame de Corpo de Delito, da Cadeia de Custódia e das Perícias em Geral (Redação da Lei n. 13.964, de 2019)



**Art. 158.** Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Exame de corpo de delito **direto** é aquele em que o perito ou o médico legista examina diretamente o local do crime ou o objeto ou o corpo da vítima relacionado à prática do crime, ele examina diretamente, presencialmente.

**Parágrafo único.** Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

(Incluído dada pela Lei n. 13.721, de 2018)

I – violência doméstica e familiar contra mulher;

II – violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

Violência doméstica e familiar contra mulher são os crimes da Lei Maria da Penha.

**Art. 158-A.** Considera-se cadeia de custódia é o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do **vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes**, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. (Incluído pela Lei n. 13.964, de 2019) (Vigência)

Cadeia de custódia é o procedimento adotado para documentar a história cronológica do vestígio e tem duas etapas, a etapa interna e a etapa externa. A **etapa externa** é quando, por exemplo, são coletados estojos de cartucho de munição de arma de fogo no local de um crime. Na **etapa interna**, esses estojos serão encaminhados ao Instituto de Criminalística, que irá examiná-las para ver o calibre, a origem, tentar identificar de onde é aquela arma, dentre outros procedimentos.

ANOTAÇÕES


Vestígio coletado em vítimas de crimes são, por exemplo, os projéteis retirados do corpo de uma vítima, ou o sêmen em uma vítima de estupro.

§ 2º O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica **responsável por sua preservação**.

§ 3º Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou **latente**, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Vestígio latente é o vestígio que necessita de revelação, de técnicas especiais para ser visualizado, como, por exemplo, fragmentos de impressões papilares ou impressões digitais. Outro exemplo de vestígio latente é o vestígio de sangue humano em um local em que haja suspeita de que alguém foi assassinado, mas o sangue do local foi lavado, então a autoridade policial solicita o exame pericial para verificar a presença de sangue humano latente naquele local.



Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

I – reconhecimento: ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial;

II – isolamento: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente **imediato, mediato e relacionado** aos vestígios e local de crime;

Local **imediato** é onde se encontra a maior parte dos vestígios e o local **mediato** são as adjacências dele. Já local **relacionado** é aquele em que há vestígios relacionados à prática de um crime.

III – fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;

A **fixação**, conforme a nova lei, nada mais é que a descrição detalhada daquele vestígio, daquela evidência no local do crime, relacionando-a a todo o contexto.

---

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Cursos Online, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Laécio Carneiro Rodrigues.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

---